



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ATA			
Nome da demanda	Projeto piloto da “Oficina da Mulher – Sua Participação no Poder Judiciário”, em consonância com a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, instituída pela Res. nº. 255/2018 do CNJ. 2ª Oficina no Fórum Trabalhista de Campinas	Ata n.º	7/2022
Assunto da ata	“Sororidade”	Data	26/10/2022
Local	Plataforma <i>Google Meet</i> e Fórum Trabalhista de Campinas	Horário	início às 16h30

2 – PARTICIPANTES	
Nome	Área
Luciane Storer	Desembargadora Presidente do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Eleonora Bordini Coca	Desembargadora integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Ana Cláudia Torres Vianna	Juíza Titular da 6ª Vara do Trabalho de Campinas integrante do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Patrícia Maeda	Juíza do Trabalho Substituta integrante do Grupo de Trabalho sobre Participação Feminina no Poder Judiciário
Andrea Azevedo	Servidora representante do Sindiquinze



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Berta Maria Leal Veloso	Servidora Oficial de Justiça lotada no Fórum de Campinas
Célia Regina Diniz de Almeida	Escola Judicial - EJUD
Ana Maria da Silva Oliveira	Escola Judicial - EJUD
Soraya de Oliveira Vieira da Silva	Central de Mandados de Campinas
Cecília Teixeira Oliveira	Vara do Trabalho de Campinas

3 – PAUTA DA REUNIÃO

- Sororidade.

4 – DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

A Desembargadora Presidente do Comitê, **Luciane Storer**, cumprimentou as participantes e agradeceu a presença de todas.

Em seguida, **a Juíza Patrícia Maeda** manifestou satisfação em estar participando da reunião, destacou o tema da pauta “Sororidade” e concedeu a palavra à servidora Berta Maria Leal Veloso, que foi convidada a compartilhar suas experiências sobre a temática.

Desse modo, **a servidora Berta** iniciou destacando dois casos que se enquadram ao tema da pauta: o primeiro referente à época em que atuava como advogada na Vara de Família e que foi contratada por um cliente para proceder à separação judicial do casal. Disse que na tentativa de conciliação foi surpreendida ao ser informada pelo casal que nenhum deles pretendia ficar com a guarda dos filhos. Berta falou que, naquela ocasião, julgou a mulher e não o homem por não querer ficar com os filhos e que, hoje, não a julgaria pois não tinha conhecimento dos motivos que a levaram a ter esse posicionamento. Berta chamou a atenção à sororidade ao dizer que devemos nos colocar no lugar dessa pessoa.

No segundo caso, **a servidora Berta** mencionou fatos que teve conhecimento nos quais as vítimas de Violência Doméstica, a fim de evitarem a prisão de seus agressores, os acompanham às Varas de Execuções Criminais para comprovação de comparecimento. **A servidora Berta** acrescentou que há nessas Unidades mulheres que reprovam o comportamento dessas vítimas, manifestam indignação e julgamento sem, contudo, conhecer os motivos que as levaram a agir dessa forma.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em continuidade, citou algumas obras e seus respectivos autores que mostram as diferentes formas de pensar entre homens e mulheres. No livro **Homens são de Marte, Mulheres são de Vênus** do escritor John Gray, aponta que há paralelos existentes entre a ficção e a realidade, que demonstram as diferenças existentes entre as pessoas, sejam homens ou mulheres, e a importância da convivência com as diferentes pessoas. Berta acrescentou que John Gray diz que homens e mulheres têm dificuldade de pedir ajuda e que o apoio é essencial para o sucesso de qualquer relacionamento.

A servidora Berta citou, ainda, trechos do pensamento da escritora *Bell hooks* na obra **O Feminismo é Pra Todo Mundo** em que as questões da violência contra as mulheres são ressaltadas. E, por fim, cita Ruth Manus em sua fala sobre a questão das diferenças, da flexibilidade para a melhora nos relacionamentos e da compreensão e aceitação das imperfeições da vida.

Salientou que é possível tratar a sororidade como um comportamento de empatia, respeito, fraternidade, solidariedade, entender o problema e a dor da outra pessoa. Ressaltou a importância do companheirismo e disse que ele vai além dos bons momentos, mas que, também, está presente nos momentos de dor. Reforçou sua fala inicial para não julgarmos as mulheres que têm comportamentos ou atitudes diferentes dos nossos.

Por último, manifestou preocupação com o machismo e apresentou sugestão para que o Tribunal disponibilize um grupo de voluntárias para atendimento e aconselhamento profissional às servidoras e colaboradoras terceirizadas em situações de vulnerabilidade emocional. Por fim, teceu palavras de otimismo e concluiu sua fala ao proceder à leitura da letra da música **Ela É Bamba** da cantora Ana Carolina.

Na sequência, a Desembargadora **Eleonora Bordini Coca** agradeceu a Servidora Berta pela gratificante apresentação e destacou a questão do “machismo”, que também foi abordada por Berta, e a força que se tem evidenciado de uns anos pra cá. A Desembargadora **Eleonora** salientou a importância da sororidade na vida e principalmente no ambiente de trabalho, tendo em vista ser o Poder Judiciário um ambiente muito masculino em vários sentidos, não só pela presença significativa de homens que têm pouca visão crítica sobre seu próprio machismo, como também pelas barreiras diárias enfrentadas pelas mulheres para sobreviver e se posicionar nesse ambiente em que o machismo está como pano de fundo.

A Desembargadora **Eleonora** salientou que embora não se tenha mais relatos sobre o machista clássico no ambiente de trabalho, isso não significa dizer que houve melhora, pois há outras formas de agir, tais como: a diminuição da importância da fala da mulher, a interrupção, alegação de que o assunto apresentado por uma mulher para discussão não tem relevância. Enfatizou a necessidade de se exercitar a sororidade e indicou o filme **A Filha**



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Perdida, que será tema de Direito em Tela, como referência para se conversar sobre o assunto.

A Desembargadora Eleonora pediu que as pessoas se inscrevam para participarem do Comitê de Equidade, tendo em vista a quantidade de demandas apresentadas e a insuficiência de pessoal para trabalhar.

Em prosseguimento, concedida a palavra, a servidora **Célia Regina Diniz de Almeida** agradeceu a Berta pela explanação a respeito da sororidade, falou sobre a questão do machismo ainda tão intrínseco no meio ambiente de trabalho e destacou o pequeno número de mulheres eleitas para os cargos da Alta Administração do Tribunal.

A Juíza Patrícia Maeda tratou do tema Sororidade no aspecto do Assédio Sexual e da Violência Sexual. Disse que o julgamento da mulher pelo que ela veste ou fala vem a reforçar a cultura de violência de gênero e que é necessário enfrentar essa questão com a conscientização de outras mulheres e com sororidade.

A Juíza Patrícia destacou a questão do contexto histórico em que vivemos e falou sobre a frequência em que foram proferidos, no espaço público, diversos discursos misóginos com os quais não se deve se acostumar, e que precisam ser enfrentados.

A juíza Ana Cláudia Torres Vianna destacou a importância de nos apegarmos mais ao que temos em comum e disse que a sororidade deve ser melhor exercitada. **A juíza Ana Cláudia** ressaltou a necessidade das mulheres ocuparem mais esses espaços destinados ao diálogo e à troca de experiências.

A Desembargadora Luciane mencionou a questão do pré-julgamento e do julgamento feito por mulheres a outras mulheres e falou sobre o machismo. Falou, também, da sororidade como algo novo e fez a seguinte pergunta às mulheres do fórum de Campinas: “Você já presenciou uma mulher sendo assediada ou sendo ‘cantada’ e você se omitiu?”

Em seguida, a servidora **Soraya de Oliveira Vieira da Silva** respondeu não ter presenciado situações de assédio sexual no período em que trabalhou na 6ª Vara do Trabalho, tampouco no Tribunal.

A Desembargadora Luciane perguntou se há sororidade no ambiente de trabalho ou se as servidoras sentem um certo isolamento. **A servidora Soraya** respondeu não ter sido vítima de constrangimento, entretanto, disse que teve conhecimento de uma situação ocorrida no Tribunal envolvendo um agente e uma mulher que alegou ter sido exposta a situação vexatória e de inferioridade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A Desembargadora Luciane perguntou aos membros do Comitê sobre a possibilidade de criação de um espaço para chamar as mulheres para falar sobre a sororidade no fórum de Campinas.

A servidora Soraya e a **Juíza Ana Cláudia** sugeriram a possibilidade das reuniões serem realizadas em uma sala localizada na cobertura do prédio do fórum de Campinas.

A Desembargadora Luciane propôs a realização de um evento especial de inauguração do espaço com a prática de relaxamento e meditação sob a orientação de um profissional do Setor de Saúde.

Na sequência, concedida a palavra, a **servidora Andrea Azevedo** enfatizou a importância da participação das mulheres nas reuniões para que elas possam entender melhor o que é a sororidade. Mencionou as recentes notícias de ataques misóginos veiculados na mídia e da necessidade de união para o enfrentamento dessas situações.

A servidora Cecília Teixeira Oliveira esclareceu que a dificuldade das servidoras participarem das reuniões do Comitê ocorrem em razão do excesso de trabalho e do cumprimento das metas. **A servidora Soraya** complementou sua fala e compartilhou as mesmas dificuldades vivenciadas por Cecília em razão da sobrecarga de trabalho.

A servidora Ana Maria da Silva Oliveira destacou a importância das reuniões sobre sororidade e chamou a atenção para o fato de as mulheres que desempenham múltiplas tarefas serem consideradas guerreiras. Ana disse que isso deve ser melhor analisado, pois isso pode ter um custo muito alto.

A Juíza Patrícia explicou que a baixa participação das servidoras nas reuniões não é uma questão individual, mas, sim, estrutural e enfatizou a dificuldade de trazer outras pessoas às reuniões, inclusive em razão da sobrecarga de trabalho. **A Juíza Patrícia** conclamou o Comitê para que apresente propostas institucionais concretas, como forma de dispensa ou compensação dentro da jornada, para possibilitar a participação das mulheres nas reuniões.

Na sequência, deliberou-se pelo encaminhamento da proposta da Oficina da Mulher de criação de um grupo ou círculo de conversas destinado a reuniões periódicas para discussão, troca de experiências e de apoio acerca dos problemas relacionados ao dia a dia das servidoras no fórum de Campinas e que será um legado da Participação Feminina.

A Desembargadora Luciane acrescentou que será realizado um café da manhã, patrocinado por uma das entidades sindicais da 15ª Região, com a convocação de todas as servidoras do prédio, mediante a liberação das juízas e juizes das Unidades. Disse que haverá a participação de um profissional da Saúde, médica ou psicóloga.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A Desembargadora Luciane destacou a produtividade das Oficinas e informou que o Comitê de Gestão Pessoas deliberou que a temática referente à Participação Feminina, bem como o projeto piloto que foi desenvolvido pelo Comitê de Gestão de Pessoas serão transferidos para o Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Etnia e Diversidade e de Tratamento em relação à Pessoa com Deficiência, presidido pela Desembargadora Eleonora, por se tratar de assunto relacionado à equidade de gênero, para que os membros possam avaliar a respeito da sua continuidade nas outras Unidades da região.

A Desembargadora Luciane salientou, ainda, que o projeto piloto da “Oficina da Mulher – Sua Participação no Poder Judiciário” de Campinas será concluído pela Comissão de Gestão de Pessoas e lembrou as participantes de que na última oficina realizada houve a participação do Desembargador Ricardo Laraia que falou sobre sororidade. Informou que renovou o convite para sua participação na próxima oficina em que se abordará a mesma temática e acrescentou que os homens também têm conhecimento sobre sororidade. Desse modo, deliberou-se que a próxima oficina será realizada dia 28 de novembro às 10h e o café da manhã será realizado no dia 12 de dezembro.

A Desembargadora Eleonora destacou que a sororidade precisa ser exercida independentemente da presença nas reuniões ou da sobrecarga de trabalho. Disse que o importante é que as mulheres sejam o apoio efetivo àquelas que o necessitem no momento.

Assim, a Desembargadora Luciane encerrou a reunião ao som da música **Ela é Bamba**, cantada por Ana Carolina.

5 – APROVAÇÃO DA ATA	
Divulgada em	18/11/2022
Revisada por	Desembargadora Luciane Storer
Considerada aprovada em	21/11/2022